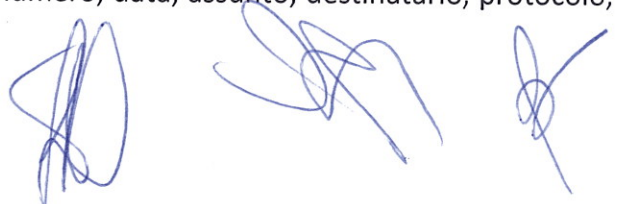


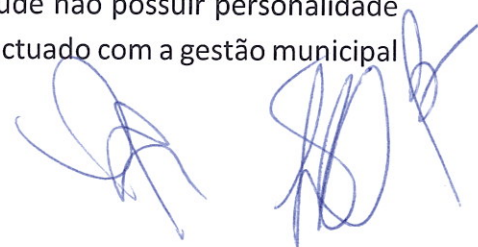
1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO,**
2 **REALIZADA NO DIA ONZE DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.** Ao décimo primeiro dia do mês de
3 agosto de dois mil e vinte e seis, às dezoito horas, na Sala de Reuniões Neuza Maria Fiuza de Lima,
4 sede do Conselho Municipal de Saúde, situada na Rua Dr. Raul de Carvalho, nº 2970, Santos Dumont,
5 conforme convocação prévia, sob a coordenação do Presidente, Antonio Fernando de Araújo, e com a
6 presença da Equipe Técnica, iniciou-se a Reunião Ordinária, com a participação dos conselheiros
7 titulares e suplentes presentes. Aberta a reunião, passaram-se aos informes: **PRIMEIRO INFORME:**
8 **INFORMES DA MESA DIRETORA – Antonio Fernando de Araujo. Assunto:** O Presidente, Dr. Antonio
9 Fernando de Araújo, iniciou os trabalhos parabenizando os advogados presentes em virtude da
10 celebração do Dia do Advogado, cumprimentando nominalmente o Assessor Jurídico, Kamael, os
11 servidores Natália, Emanuele e Ivo, bem como o Secretário Municipal de Saúde, Mauro Alves dos
12 Santos Júnior, que também integra a classe. Na sequência, informou o Plenário sobre a Resolução nº
13 02 do Conselho Estadual de Saúde, publicada naquela data, que recomenda à Secretaria de Estado da
14 Saúde a implementação de leitos de saúde mental em hospitais gerais. Concedeu a palavra ao Assessor
15 Jurídico, Kamael, que detalhou que a recomendação prevê a elaboração de um plano estadual no prazo
16 de trinta dias para ampliação, implementação e qualificação dos leitos. Destacou que o plano deverá
17 observar os critérios da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), priorizar regiões com vazios assistenciais,
18 garantir o cofinanciamento estadual aos hospitais e promover o monitoramento contínuo da
19 ocupação. O Presidente ressaltou a gravidade da insuficiência de leitos clínicos de saúde mental e
20 destacou que a matéria também deveria ser acompanhada sob a perspectiva municipal, considerando
21 a necessidade de cobertura adequada no Município e a previsão de participação financeira estadual.
22 Manifestou preocupação para que a condição de gestão plena do Município não seja utilizada como
23 fundamento para afastar a responsabilidade estadual no financiamento e na garantia da assistência,
24 defendendo que São José do Rio Preto seja contemplado de acordo com suas necessidades
25 assistenciais. **SEGUNDO INFORME: CREDENCIAMENTO JUNTO AO MINISTÉRIO DA SAÚDE DE EQUIPE**
26 **1 (UMA) DE SAÚDE BUCAL 20H (NOTURNO) PARA AMPLIAÇÃO DO ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO**
27 **– MAURO ALVES DOS SANTOS JÚNIOR. Assunto:** A servidora Alessandra comunicou aos conselheiros
28 sobre as providências administrativas adotadas para a solicitação de credenciamento de uma equipe
29 de odontologia de 20 horas junto ao Ministério da Saúde. Esclareceu que a referida equipe já se
30 encontra em pleno funcionamento no período noturno, na Unidade Básica de Saúde (UBS) Vetorazzo.
31 Ressaltou que a aprovação do Conselho Municipal de Saúde e o cumprimento dos trâmites legais são
32 requisitos indispensáveis para a efetivação do credenciamento federal, o qual viabilizará o repasse de
33 recursos. Após os informes, o conselheiro Leonildo Bernardo Pinto solicitou a inclusão de matéria na
34 Ordem do Dia. O Presidente esclareceu que, nos termos regimentais, os pedidos de inclusão de
35 informes ou matérias devem observar previamente os procedimentos estabelecidos, ressaltando a
36 necessidade de organização e observância da pauta previamente elaborada para assegurar maior
37 efetividade e produtividade às reuniões. Kamael esclareceu que, tratando-se de matéria a ser
38 submetida à deliberação, o pedido poderia ser apresentado como inclusão de pauta e submetido à
39 apreciação do Plenário. O Presidente submeteu à votação a inclusão da matéria referente às
40 pendências para a finalização das obras da UBS São Francisco, apresentada pelo conselheiro Leonildo
41 Bernardo Pinto, sendo aprovada por unanimidade. **ORDEM DO DIA. INCLUSÃO DE PONTO DE PAUTA:**



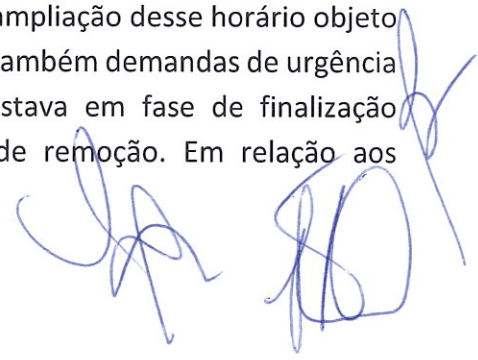
APRESENTAÇÃO DAS PENDÊNCIAS PARA A FINALIZAÇÃO DAS OBRAS DA UBS SÃO FRANCISCO – Leonildo Bernardo Pinto. Assunto: Inicialmente, o conselheiro Leonildo sugeriu o envio de ofícios às instituições de ensino superior do município para incentivar a participação de estudantes nas sessões do Conselho, enaltecendo a presença dos alunos da FAMERP. Em seguida, apresentou registros fotográficos relativos à situação da obra da UBS São Francisco, destacando a existência de calçadas inacabadas e com trechos esburacados, a necessidade de conclusão dos serviços de jardinagem e a instalação de película de proteção solar (insulfilm) em vidros e vitrôs da unidade. Apontou, ainda, a necessidade de reparo do beiral danificado, cuja reformulação havia sido informada pela assessoria do Secretário Municipal de Saúde. O conselheiro também destacou a existência de salas já concluídas, mas ainda sem utilização em razão da ausência de ligações e instalações técnicas necessárias, solicitando providências para que os espaços possam ser efetivamente utilizados pelos serviços da unidade. Ressaltou que parte dos atendimentos já estava ocorrendo no local e que a conclusão das pendências deveria ser acelerada, de modo a assegurar condições adequadas para usuários e servidores. **PRIMEIRO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 14 DE JULHO DE 2026 – Antonio Fernando Araujo.** Assunto: O Assessor Jurídico informou que a minuta da Ata da Reunião Ordinária realizada em 14 de julho de 2026 havia sido previamente encaminhada aos conselheiros e que o conselheiro Leonildo Bernardo Pinto havia solicitado retificação em relação ao informe por ele apresentado naquela reunião. Foi esclarecido que, após conferência da gravação da reunião anterior, confirmou-se o teor da manifestação do conselheiro, tendo sido incorporada à minuta a seguinte retificação: o conselheiro relatou sua participação em reunião de comissão do SEMAE, na qual houve exposição técnica acerca de taxas, evolução de custos e reajuste tarifário da ordem de 6%; informou ter questionado a possibilidade de criação, pelo SEMAE, de agência reguladora própria, tendo recebido a informação de que tal medida seria possível; mencionou, como exemplo, o Município de Mirassol, cuja agência reguladora própria, segundo relatado, cobraria taxa da ordem de 3%, enquanto a agência reguladora que atua no Município de São José do Rio Preto cobraria atualmente 0,25%, concluindo ser esta última alternativa mais econômica. O Presidente destacou a importância de os conselheiros realizarem a leitura prévia das atas, possibilitando a identificação e correção de eventuais omissões ou incorreções antes de sua aprovação pelo Plenário. Submetida à votação, a Ata da Reunião Ordinária de 14 de julho de 2026, com a retificação apresentada e incorporada à minuta, foi aprovada por unanimidade. **SEGUNDO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA MINUTA DE RESOLUÇÃO QUE DISPÕE SOBRE O REGISTRO, O ACOMPANHAMENTO E A APRESENTAÇÃO AO PLENÁRIO DOS OFÍCIOS EXPEDIDOS PELO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DAS RESPECTIVAS RESPOSTAS – Antonio Fernando Araujo.** Assunto: O Presidente contextualizou a necessidade de aperfeiçoar os procedimentos internos do CMS relativos às manifestações institucionais dirigidas à Secretaria Municipal de Saúde e demais órgãos e entidades públicas, com o objetivo de ampliar a transparência e assegurar ao Plenário conhecimento acerca das atividades desenvolvidas pelo Conselho. O Assessor Jurídico apresentou a minuta, destacando que pedidos de informação, solicitações de providências, bem como outras comunicações institucionais relevantes, deverão ser formalizados por ofício, contendo a indicação do respectivo assunto. Informou que os ofícios expedidos deverão ser apresentados ao Plenário na primeira reunião ordinária subsequente, mediante relatório contendo número, data, assunto, destinatário, protocolo,



prazo para resposta e situação atual do expediente. Para os ofícios encaminhados à Secretaria Municipal de Saúde, será observado o prazo de dez dias úteis para resposta, ressalvados os prazos previstos em legislação específica. Esclareceu que quando a solicitação depender de providência administrativa, estudo, manifestação técnica ou outra medida que impossibilite sua conclusão no prazo, a resposta deverá informar as providências adotadas ou previstas e o prazo estimado para conclusão. Foi informado, por fim, que os ofícios, e registros de acompanhamento serão mantidos em arquivo oficial do Conselho, observadas as restrições legais e os deveres de sigilo. O Presidente destacou que a proposta também objetiva democratizar o acesso dos conselheiros às atividades ordinárias do CMS, anteriormente concentradas na Presidência e na equipe técnica. Diante de questionamento do conselheiro Dr. Rodrigo, informou que a intenção é disponibilizar um ambiente virtual protegido por senha, por meio do qual os conselheiros poderão acessar os documentos e o painel de acompanhamento dos ofícios. Informou, ainda, que a resolução estabelecerá a apresentação periódica desse acompanhamento como ponto fixo das reuniões ordinárias, assegurando oportunidade para manifestação dos conselheiros. Submetida à deliberação, a minuta de Resolução foi aprovada por unanimidade. **TERCEIRO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO EDITAL Nº1 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DAS ELEIÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - Antonio Fernando Araujo. Assunto:** Kamael apresentou o edital elaborado pela Comissão Especial de Eleição — composta pelos conselheiros Paula Sodré, Reginalda, José Calixto e Rita — para o biênio 2026/2028. As eleições ocorrerão de 5 a 22 de outubro de 2026, com inscrições entre 13 de agosto e 11 de setembro. Destacou a composição paritária de 21 conselheiros titulares e 21 suplentes. O cronograma prevê eleição dos prestadores de serviços no dia 5 de outubro; das entidades profissionais no dia 6 de outubro; dos representantes dos Conselhos Locais de Saúde no dia 7 de outubro; das entidades e associações de usuários no dia 8 de outubro; e dos trabalhadores da saúde no período de 19 a 22 de outubro, com apuração prevista para 23 de outubro. Quanto ao segmento dos usuários, esclareceu que dez representantes serão escolhidos por meio dos Conselhos Locais de Saúde, correspondentes às dez regiões, e que outras quatorze vagas serão distribuídas entre os subsegmentos previstos no edital. Os representantes do segmento gestor serão indicados pela Secretaria Municipal de Saúde até 23 de outubro de 2026. A conselheira Paula Sodré destacou a importância do processo eleitoral e da participação de instituições e representantes comprometidos com as políticas públicas, parabenizando a Presidência e a equipe técnica pela organização e fundamentação do edital. O Presidente cumprimentou a Comissão Especial de Eleição, destacando o trabalho desenvolvido e a abrangência do documento para assegurar um processo democrático. O conselheiro Leonildo Bernardo Pinto também elogiou a profundidade do edital e informou ter encaminhado o documento ao Conselho Municipal do Idoso, incentivando sua participação no processo eleitoral, bem como manifestou a intenção de mobilização das associações de moradores. Submetido à votação, o Edital nº 1 foi aprovado por unanimidade. **QUARTO PONTO DE PAUTA: DISCUSSÃO SOBRE A VAN DESTINADA AO CMS POR MEIO DE EMENDA PARLAMENTAR – Antonio Fernando Araujo. Assunto:** O Presidente informou que a van adquirida com emenda parlamentar impositiva (R\$ 400.000,00) de autoria do Deputado Federal Vicentinho encontra-se em uso regular. Esclareceu que, em razão de o Conselho Municipal de Saúde não possuir personalidade jurídica própria para receber o veículo diretamente em seu nome, foi pactuado com a gestão municipal



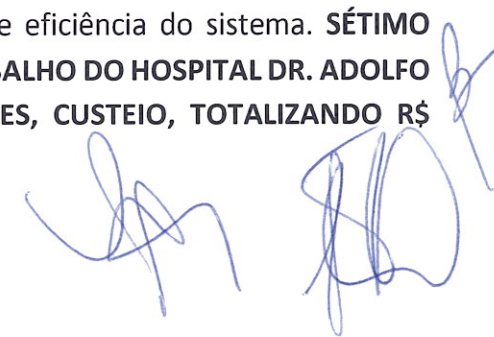
que o bem permaneceria administrativamente vinculado à Atenção Primária, mas destinado ao uso do Conselho Municipal de Saúde. Relatou que o veículo já se encontrava em utilização regular pelos conselheiros, inclusive em deslocamento para Barretos, mas informou ter sido consultado acerca da possibilidade de retirada dos bancos da van para utilização no transporte de insumos da Secretaria Municipal de Saúde. Manifestou-se contrário à retirada dos assentos, destacando a necessidade de preservação da finalidade e das características do veículo, bem como a prioridade de sua utilização pelo Conselho. Os conselheiros Dr. Rodrigo, Ulisses e Leonildo corroboraram a necessidade de preservar o veículo e sua finalidade ligada ao controle social. A representante da gestão, Fabiana, esclareceu que o veículo foi vinculado administrativamente à Atenção Primária por razões legais e que a relação com o Conselho sempre foi pautada pela parceria. Informou que não houve determinação para retirada dos bancos, tendo ocorrido apenas consulta sobre a possibilidade de remoção temporária dos assentos para evitar danos ao estofamento durante eventual transporte de caixas de medicamentos. Diante da manifestação contrária, a possibilidade foi descartada. Informou que o veículo permanece à disposição do Conselho, com utilização contínua pelo respectivo motorista, e que será providenciada a identificação visual do Conselho Municipal de Saúde no veículo. O Presidente esclareceu que a discussão tinha por objetivo assegurar a transparência das informações e preservar o patrimônio destinado às atividades do controle social, não se tratando de conflito entre o Conselho e a gestão municipal. **QUINTO PONTO DE PAUTA: DISCUSSÃO SOBRE A FALTA DE MANUTENÇÃO DOS APARELHOS DE IMAGEM DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE – Antonio Fernando Araujo. Assunto:** O Presidente informou que a Comissão de Média e Alta Complexidade realizou diligências em unidades da rede municipal para verificar a situação dos equipamentos de diagnóstico por imagem, passando a palavra ao conselheiro José Calixto para apresentação dos resultados. Calixto apresentou relatório das diligências da Comissão de Média e Alta Complexidade, relatando que a UPA Jaguaré possui raio-x em operação 24 horas, enquanto as UPAs Norte e Santo Antônio operam até a meia-noite. A UPA Tangará está com o aparelho fixo quebrado desde novembro de 2025. No CAESM, o equipamento de raio-x encontra-se quebrado desde novembro e o mamógrafo desde dezembro de 2025. Informou também que a sala destinada ao raio-x vinha sendo utilizada como almoxarifado em razão de incêndio ocorrido no local. No Hospital Dia, relatou funcionamento regular dos equipamentos de holter, MAPA, raio-x, tomografia computadorizada e ultrassonografia. Informou que de seis aparelhos de colonoscopia, três necessitavam de reparo, e, de oito aparelhos de endoscopia, seis necessitavam de manutenção, além da necessidade de ampliação da disponibilidade de médicos anestesiologistas. O conselheiro Leonildo relatou experiência pessoal na UPA Tangará, destacando a dificuldade decorrente da indisponibilidade do raio-x após a meia-noite e da inexistência, naquele momento, de ambulância para transferência do paciente, defendendo inicialmente o reparo do equipamento e, posteriormente, a ampliação do horário de funcionamento. O conselheiro João Pérsio questionou a existência de equipe ou contrato destinado à manutenção preventiva dos equipamentos, considerando o longo período de inoperância de alguns aparelhos. A representante da gestão, Fabiana, esclareceu que as UPAs Norte, Santo Antônio e Tangará nunca tiveram serviço de raio-X após a meia-noite, sendo a ampliação desse horário objeto de estudo. Informou que a UPA Jaguaré dispõe do serviço por atender também demandas de urgência ortopédica. Quanto às transferências entre UPAs, informou que estava em fase de finalização protocolo específico para regulamentar o fluxo junto ao serviço de remoção. Em relação aos



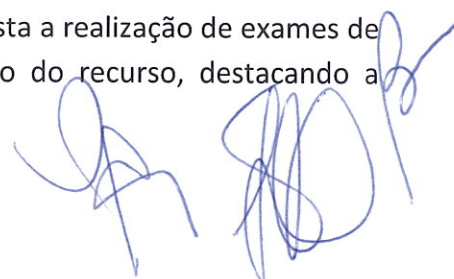
equipamentos inoperantes, explicou que parte das dificuldades decorre da obsolescência tecnológica. Citou como exemplo o mamógrafo do CAESM, cujo fabricante, Fuji, possui exclusividade para determinados serviços de manutenção, tendo sido constatado, após avaliação técnica, que o equipamento estava condenado e que seu conserto teria custo próximo ao de aquisição de um novo aparelho. Esclareceu que, apesar da indisponibilidade do equipamento próprio, a demanda de mamografias permanece atendida mediante contratualização com a Santa Casa. Informou que, diante da rápida obsolescência dos equipamentos, a gestão optou por iniciar processos para locação de equipamentos de endoscopia e colonoscopia e para a solução referente ao equipamento do Tangará, em caráter de projeto-piloto, esclarecendo que a modalidade de locação permite que a empresa contratada assuma a manutenção e a substituição tecnológica dos equipamentos. Questionada pelo conselheiro Dr. Rodrigo acerca do custo-benefício da locação em comparação à aquisição, Fabiana informou que estudo técnico apontou vantagem econômica da locação quando considerados os custos recorrentes de manutenção e a necessidade de atualização tecnológica. Esclareceu, ainda, que a contratualização de serviços externos continuará sendo utilizada para atender à demanda enquanto os equipamentos próprios não estiverem disponíveis, inclusive porque determinadas salas e estruturas ainda necessitam ser reorganizadas.

SEXTO PONTO DE PAUTA: APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE SAÚDE POPULACIONAL - POPULATION HEALTH PROJECT – MAURÍCIO MOURÃO – Antonio Fernando Araujo. Assunto: O Presidente apresentou o Sr. Maurício Mourão, convidado para apresentar projeto relacionado à saúde populacional e à utilização integrada de informações em saúde. O Sr. Maurício Mourão apresentou proposta de sistema integrado de informações para saúde populacional, descrevendo-o como solução tecnológica destinada a apoiar a gestão mediante integração e tratamento de informações provenientes dos sistemas já utilizados pelos serviços de saúde. Informou que a solução é desenvolvida por pesquisadores vinculados ao Massachusetts Institute of Technology – MIT e possui utilização internacional, mencionando como referência o Hospital Johns Hopkins, nos Estados Unidos. Explicou que a ferramenta funciona como sistema supervisor, realizando a coleta de informações em tempo real dos sistemas preexistentes e permitindo a geração de alertas parametrizáveis, com aplicação potencial nas áreas de gestão de processos, faturamento, estoques, recursos e informações populacionais. Segundo relatado, o objetivo é qualificar a informação disponível para subsidiar a tomada de decisões e promover maior racionalidade na utilização dos recursos. Informou, ainda, que a empresa responsável pela solução atua no Brasil, Argentina e Chile e, desde 2025, também em Portugal, tendo participado de iniciativas e missões comerciais relacionadas à tecnologia em saúde. Relatou que o projeto já foi apresentado e avaliado em diferentes cidades e que vinha defendendo a possibilidade de São José do Rio Preto participar da iniciativa. O Presidente destacou o caráter técnico da apresentação e informou que o Sr. Maurício Mourão se colocou à disposição para apresentar a solução de maneira mais aprofundada à Secretaria Municipal de Saúde, ao Hospital de Base e a profissionais interessados. A conselheira Paula Sodré questionou acerca do custo da implantação. O Sr. Maurício Mourão informou que, para o primeiro município ou instituição que aderir à iniciativa com finalidade demonstrativa, não haveria custo inicial, tendo em vista o interesse em demonstrar a capacidade de geração de economia e eficiência do sistema.

SÉTIMO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO DO HOSPITAL DR. ADOLFO BEZERRA DE MENEZES REFERENTE ÀS EMENDAS DE VEREADORES, CUSTEIO, TOTALIZANDO R\$



206 **462.940,05, PARA GARANTIR A MANUTENÇÃO E CONTINUIDADE DA ASSISTÊNCIA PSIQUIÁTRICA**
207 **ESPECIALIZADA, ABRANGENDO ATENDIMENTOS PSIQUIÁTRICOS E MULTIPROFISSIONAIS,**
208 **EMERGENCIAIS E DE DESINTOXICAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS, GARANTINDO A**
209 **CONTINUIDADE E QUALIDADE DO CUIDADO AOS USUÁRIOS DO SUS EM ARTICULAÇÃO COM A REDE**
210 **MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, VIABILIZANDO A IMPLEMENTAÇÃO E OFERTA**
211 **DO "CURSO DE FORMAÇÃO EM SAÚDE MENTAL PARA A ATENÇÃO PSICOSSOCIAL" – Mauro Alves**
212 **dos Santos Júnior. Assunto:** A servidora Camila Ishizava apresentou o plano de trabalho do Hospital
213 Dr. Adolfo Bezerra de Menezes, referente ao repasse de emendas parlamentares municipais
214 impositivas, no valor total de R\$ 462.940,05, destinado ao custeio da instituição, abrangendo despesas
215 como salários, encargos, higiene e alimentação, com a finalidade de garantir a manutenção e
216 continuidade da assistência psiquiátrica especializada, incluindo atendimentos psiquiátricos e
217 multiprofissionais, atendimentos emergenciais e desintoxicação de dependentes químicos. Informou
218 que, como ação de saúde voltada à comunidade, a instituição ofertará quinze vagas para
219 colaboradores da rede municipal de saúde em curso de formação em saúde mental, na modalidade
220 EAD, com carga horária de quarenta horas, a serem disponibilizadas até julho de 2027. Esclareceu que
221 a Administração adota, para essas emendas, limite de 30% para a ação de saúde destinada à
222 comunidade. Dr. Rodrigo questionou a quantidade de vagas e o valor atribuído ao curso, tendo sido
223 esclarecido que o curso possui estrutura modular e que o valor correspondente às quinze vagas foi
224 considerado na composição da contrapartida, sendo de cerca de R\$ 1.000,00 por módulo. O Presidente
225 manifestou preocupação quanto à redação do plano de trabalho, especialmente porque a forma como
226 a contrapartida foi apresentada poderia gerar dúvida acerca da destinação dos recursos da emenda e
227 dar a impressão de que parte do recurso destinado ao custeio do Hospital seria para custear o curso.
228 Questionou se os recursos da emenda seriam integralmente utilizados no custeio da instituição, no
229 qual Camila esclareceu que o recurso da emenda será integralmente destinado ao custeio do Hospital
230 e que o curso corresponde a ação de saúde ofertada como contrapartida pela instituição, consistindo
231 em curso já existente no Hospital, com abertura de quinze vagas adicionais para profissionais da rede
232 municipal. Rodrigo ressaltou que o questionamento não tinha por finalidade prejudicar o Hospital, mas
233 assegurar transparência quanto à aplicação dos recursos públicos, considerando inclusive o valor
234 atribuído às vagas do curso. Destacou a importância da instituição para a assistência em saúde mental
235 e a necessidade de clareza na documentação apresentada ao Conselho. A conselheira Daniela
236 questionou a natureza da exigência de contrapartida e defendeu que seu custo fosse discriminado no
237 plano de trabalho, permitindo adequada análise pelo Conselho. Leonildo questionou se a exigência de
238 contrapartida também se aplicaria a outras instituições beneficiárias de emendas. O Secretário
239 Municipal de Saúde, Mauro Alves dos Santos Júnior, esclareceu que a exigência de ação em saúde
240 como contrapartida é aplicada às entidades que recebem emendas parlamentares municipais. O
241 conselheiro Nadim esclareceu que a exigência municipal mencionada se refere às emendas impositivas
242 dos vereadores, e que a regulamentação municipal acerca da contrapartida é recente, distinguindo-a
243 das emendas estaduais e federais. A servidora Camila acrescentou que, no âmbito federal, existem
244 também exigências próprias para inclusão de ações de saúde nas propostas, citando como exemplo
245 emenda anteriormente destinada à Santa Casa, na qual havia sido prevista a realização de exames de
246 tomografia. A conselheira Paula Sodré manifestou apoio à aprovação do recurso, destacando a



necessidade financeira do Hospital e a importância da capacitação dos profissionais da rede municipal em saúde mental. O Presidente reiterou que as ressalvas apresentadas não representavam desconfiância em relação ao Hospital, mas preocupação com a clareza documental e com a correta aplicação dos recursos públicos. Destacou a relevância do Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes para a assistência em saúde mental e a necessidade de assegurar que os recursos da emenda destinados ao custeio da instituição permaneçam integralmente vinculados à finalidade aprovada. O Secretário Municipal de Saúde informou que, no início do ano, a Administração recebeu orientações e cobranças da Procuradoria Geral do Estado, do Tribunal de Contas e do Ministério Público quanto ao rigor na execução das emendas impositivas e à necessidade de transparência na aplicação dos recursos. Destacou que a submissão dos planos de trabalho ao CMS constitui medida de transparência e assegurou que a Secretaria orientará as instituições beneficiárias a aprimorarem a redação de seus planos, possibilitando análise antecipada pelos conselheiros e eventual solicitação de esclarecimentos antes das reuniões. O Presidente, considerando o prazo exíguo para a efetivação do repasse financeiro e a relevância do recurso para a manutenção da assistência prestada pelo Hospital, submeteu à apreciação do plano de trabalho, registrando expressamente em ata as ressalvas apresentadas durante a discussão, especialmente quanto à necessidade de maior clareza na separação entre o custeio da instituição e a ação de saúde apresentada como contrapartida, bem como quanto à necessidade de aprimoramento da redação dos futuros planos de trabalho. Submetido à votação, o Plano de Trabalho do Hospital Dr. Adolfo Bezerra de Menezes foi aprovado por unanimidade, mediante o registro das ressalvas e observações consignadas nesta Ata. **OITAVO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DIL 020/25 – ASSOCIAÇÃO RENASCER PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE AMBULATORIAIS ESPECIALIZADOS EM REABILITAÇÃO INTELECTUAL, FÍSICA E MÚLTIPLAS DEFICIÊNCIAS PELA CONTRATADA, INTEGRANTE DA REDE DE SERVIÇO DE SAÚDE LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NO VALOR GLOBAL DE ATÉ R\$ 773.874,00, DE OUTUBRO DE 2026 A SETEMBRO DE 2027 – Mauro Alves dos Santos Júnior.** Assunto: A servidora Camila apresentou a proposta de prorrogação do Contrato DIL 020/25, celebrado com a Associação Renascer, para prestação de serviços ambulatoriais especializados em reabilitação intelectual, física e de múltiplas deficiências aos usuários do SUS. Informou que a prorrogação terá vigência de 1º de outubro de 2026 a 30 de setembro de 2027 e o valor global previsto é de até R\$ 773.874,00, integralmente financiado por recursos do Ministério da Saúde, conforme produção realizada e valores estabelecidos na tabela SIGTAP. Esclareceu que a programação prevê até 4.010 procedimentos mensais, observados os aspectos físico e orçamentário. O conselheiro Leonildo sugeriu a organização de visita institucional à entidade, a fim de que os conselheiros possam conhecer diretamente sua estrutura, seus serviços, o número de usuários atendidos e as ações desenvolvidas. A sugestão foi considerada pertinente, tendo sido admitida também a possibilidade de convite à entidade para apresentação de suas atividades ao Conselho. Colocada em votação, a prorrogação foi aprovada por unanimidade. **NONO PONTO DE PAUTA: APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DE PRORROGAÇÃO DO CONTRATO DIL 019/25 - INSTITUTO DOS CEGOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS NA REABILITAÇÃO DE PACIENTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL TOTAL OU BAIXA VISÃO, ASSEGURANDO ATENÇÃO INTEGRAL, PROMOÇÃO DA AUTONOMIA, INCLUSÃO E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA PELA CONTRATADA,**



288 **INTEGRANTE DA REDE DE SERVIÇO DE SAÚDE LOCALIZADA NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO**
289 **PRETO, AOS USUÁRIOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE, NO VALOR GLOBAL DE ATÉ R\$ 345.308,40,**
290 **DE OUTUBRO DE 2026 A SETEMBRO DE 2027 – Mauro Alves dos Santos Júnior. Assunto:** A servidora
291 Camila apresentou a proposta de prorrogação do Contrato DIL 019/25, celebrado com o Instituto dos
292 Cegos, para prestação de atendimentos especializados de reabilitação de pessoas com deficiência
293 visual total ou baixa visão, com a finalidade de assegurar atenção integral, promoção da autonomia,
294 inclusão e melhoria da qualidade de vida dos usuários do SUS. Informou que a prorrogação terá
295 vigência de 1º de outubro de 2026 a 30 de setembro de 2027, pelo valor global de até R\$ 345.308,40,
296 integralmente financiado pelo Ministério da Saúde, com base na tabela SIGTAP e conforme a produção
297 realizada. Esclareceu que, diferentemente da Associação Renascer, o Instituto dos Cegos atua na
298 reabilitação ocular e visual. Informou que a programação financeira e física foi elaborada com base na
299 série histórica de atendimento da instituição e que, atualmente, não há fila de espera para inserção
300 de novos pacientes, os quais são imediatamente encaminhados para início do processo de reabilitação.
301 Ressaltou, ainda, que a programação contempla o fornecimento de determinados insumos e
302 dispositivos relacionados à reabilitação visual, razão pela qual o valor da programação física e
303 orçamentária apresenta especificidades próprias. Submetida à votação, a prorrogação do Contrato DIL
304 019/25 foi aprovada por unanimidade. Após o encerramento dos pontos de pauta, o Presidente
305 agradeceu a presença dos alunos do quarto ano de Enfermagem da FAMERP, destacando a
306 importância da participação de estudantes nas atividades do Conselho e do contato com o exercício
307 do controle social. Com a anuência da Presidência, o Professor Dr. Renato Mendonça Ribeiro, docente
308 da FAMERP e representante dos enfermeiros, agradeceu a oportunidade de levar os alunos à reunião
309 para vivenciarem as atividades do controle social e estendeu convite aos conselheiros para as
310 comemorações do jubileu de 35 anos do curso de Enfermagem da FAMERP, a serem realizadas no dia
311 25 de agosto de 2026, a partir das 8 horas, no Centro de Convenções da FAMERP. Também convidou
312 os conselheiros e profissionais da área da saúde para o I Simpósio Multiprofissional de Saúde nas
313 Carreiras Militares, previsto para 7 de novembro de 2026, destacando a participação de diferentes
314 categorias profissionais da área da saúde. Ao final, a Secretária Executiva, Bianca Ferraresi, reforçou
315 as orientações relativas ao processo eleitoral do CMS, informando que as inscrições seriam iniciadas
316 na quinta-feira subsequente à reunião e permaneceriam abertas até 11 de setembro de 2026.
317 Orientou os interessados a acessar, no site do Conselho, a área específica das eleições, onde estarão
318 disponíveis o edital, o cronograma, as informações relativas às urnas e os formulários de inscrição para
319 pessoas físicas e jurídicas. Reforçou a disponibilidade da equipe do Conselho para prestar auxílio
320 durante o período de inscrições e recomendou que os interessados não deixassem o procedimento
321 para os últimos dias. **Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os**
322 **trabalhos da presente sessão ordinária às vinte horas e trinta minutos. Para fins de registro,**
323 **consigna-se que a reunião foi gravada em vídeo, constituindo o respectivo registro audiovisual**
324 **suporte para a elaboração desta Ata. Nos termos do artigo 16, §2º, do Regimento Interno, esta Ata**
325 **será submetida à leitura, discussão, eventual correção e aprovação na próxima reunião ordinária do**
326 **Plenário. Registra-se que a relação nominal dos conselheiros participantes consta da lista de**
327 **presença, que integra este documento para todos os fins de direito. E, para constar, eu, Jordan**
328 **Kamael Pinheiro Silva, Assessor Jurídico do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente Ata.**

